

Pesquisar como um ato de rebeldia: um convite ao quefazer em Psicologia

FERNANDO SANTANA DE PAIVA*

Resumo: O artigo objetiva suscitar algumas reflexões sobre a importância de produzimos um conhecimento em Psicologia que contribua para um movimento de mudança social. Historicamente, a Psicologia, como disciplina científica, alinou-se aos interesses de grupos que detém a hegemonia política, econômica e cultural, cumprindo um papel de normalização da vida. Aponto para a importância de trabalharmos em prol de uma ciência rebelde, conforme preconizado pelo sociólogo colombiano Orlando Fals-Borda, e que possamos explicitar as dimensões éticas e políticas em nosso ato de pesquisar. O conhecimento coproduzido junto aos sujeitos, grupos e movimentos sociais pode-se configurar como uma das alternativas para a superação das estruturas de poder que acentuam relações de exploração, opressão e dominação no âmbito do sistema capitalista vigente.

Palavras-chave: Psicologia; ciência; práxis; ética; política.

Research as an act of rebellion: an invitation to *quefazer* in Psychology

Abstract: The goal of this article is to bring some reflections on the importance that we produce a psychological knowledge that can contribute to social change. Historically, Psychology, as a scientific discipline has worked for groups that hold political, economic and cultural hegemony. Psychology has helped to normalize some ways of human being life and it's contribute to maintain inequality relations of power in the society. I believe that we need to work to build a Rebellious Science, as defends the colombian sociologist Orlando Fals Borda. It's necessary that we make explicit the ethical and political dimensions in the act of research too. The Knowledge have to be co-produced with individuals, groups and social movements. In this way the Psychological knowledge could be employed for overcoming power structures that accentuate relations of exploitation, oppression and domination within the current capitalist system.

Key words: Psychology; science; praxis; ethics; politics.



* **FERNANDO SANTANA DE PAIVA** é professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).



Introdução

O conhecimento científico, guardadas as suas diferenças entre os campos do saber, desempenha um papel que é ao mesmo tempo estratégico e funcional para o modo de vida que conhecemos. O experimento social do qual fazemos parte, é, em grande medida, caudatário do desabrochar da ciência moderna e de seus impactos na maneira como organizamos nossa vida, nosso tempo e, ainda mesmo, como nos relacionamos.

No contexto mundial atual, e, particularmente na realidade brasileira, vivemos a eclosão de inúmeras crises que se entrelaçam. A pandemia da Covid-19 se coloca, talvez, como o

maior desafio já vivido pela sociedade em tempos de capitalismo globalizado. Por conseguinte, os efeitos econômicos desastrosos, como o desemprego em massa e a ampliação das desigualdades sociais acirram ainda mais as disputas políticas que aprofundam a barbárie que é produzida cotidianamente sob o modo de produção capitalista (MPC). Frente ao mal-estar e desalento erigido neste início de século XXI, e, que se aprofunda com os efeitos da catástrofe humanitária vivenciada, observamos a corrida por explicações, que possam oferecer saídas à humanidade, do túnel escuro em que nos encontramos. A ciência, portanto, ganha relevo!

O conhecimento advindo das ciências biológicas, médicas, mas também das ciências humanas e sociais tem sido evocado como uma espécie de farol em meio ao oceano turbulento em que o mundo está mergulhado. Curiosamente, no bojo deste cenário controverso, convivemos também, com grupos sociais atrelados a certo projeto ético-político, que paulatinamente insistem em questionar e/ou mesmo negar as reais contribuições científicas, apostando no obscurantismo e no aceno à uma moralidade virulenta, que talvez pensássemos erroneamente já haver superado.

Frente ao contexto em tela, gostaria de propor algumas reflexões que versem sobre o processo de produção do conhecimento em Psicologia, compreendendo as múltiplas acepções e perspectivas que conformam este campo. Buscarei salientar a importância de assumirmos uma posição ética em nosso quefazer científico, assim como considerar e explicitar a intencionalidade política do conhecimento produzido em nossa área, seguindo a inspiração do sociólogo colombiano Orlando Fals-Borda, que propõe a conformação de uma ciência rebelde.

Ciência como *práxis* histórica

De maneira mais acentuada, entre os séculos XVII e XIX, houve um movimento progressivo do ser humano em buscar explicações, consideradas científicas, como maneira de criar um sentido inteligível sobre o mundo a sua volta. A relação do homem com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo se alterou drasticamente com a emergência de um conjunto de disciplinas oriundas de áreas variadas, como a física, a química e a biologia, mas também os conhecimentos que balizaram a medicina, a educação, a

sociologia, e, não diferente, a própria psicologia.

Não se pode dizer que é a ciência moderna que inaugura esta busca pelo conhecimento humano, uma vez que a própria experiência religiosa, assim como todos os saberes produzidos por povos originários, com seus métodos e explicações próprias, historicamente, já sinalizava esta preocupação. Ou seja, a tentativa de explicar o andamento da vida, o movimento da natureza e os efeitos sobre nossa forma de viver são parte da experiência humana. Indubitavelmente, a ciência moderna, e como decorrência, as disciplinas que surgem a partir deste movimento, inauguram uma outra maneira de se questionar o mundo e de nos questionarmos sobre nós mesmos.

Importa salientar que a história do conhecimento científico moderno se dá justamente pela tentativa do homem não apenas em explicar o mundo à sua volta, mas sobretudo, construir tecnologias que permitissem maior previsibilidade e controle. Esse processo não ocorreu sem produzir também uma série de arbitrariedades, silenciamentos, bem como o que se pode denominar de violência epistemológica (CASTRO-GOMEZ, 2000; TEO, 2010). Conforme nos adverte Lander (2000), o *modus operandi* da ciência moderna tem como uma de suas vicissitudes, a conformação de um discurso que se pretende unívoco, e, que, pode se associar a uma prática de poder, e, portanto, contribuir para manter relações sociais pautadas pela dominação, controle e violência, seja ela concreta ou simbólica.

Nesse sentido, a fim de se concretizar um projeto político-econômico e sociocultural, que denominamos como capitalismo – hoje em sua expressão neoliberal – foi importante a constituição de um campo de conhecimentos que

pudesse orientar e assegurar formas de vida a-críticas a este modelo que se perpetua. Ou seja, foi importante, assim como é ainda hoje, apostar na produção de um conhecimento que naturalize as relações sociais e neutralize maneiras de superar o *status quo*, negando-se, portanto, a dimensão da história como central na produção das práticas humanas, e, portanto, da própria ciência (Gramsci, 1986).

Portanto, em acordo com Löwy (1998), o projeto de ciência aqui mencionado está atrelado com o próprio movimento de consolidação do capitalismo (e todas as suas contradições), e partilha com ele o desejo de dominar, explorar e manipular a natureza, bem como produzir um saber sobre os homens. A este respeito, cumpre ainda salientar que a burguesia, como classe revolucionária à época, fez eclodir um novo espírito que valorizou o conhecimento científico. Entretanto, tal conhecimento foi submetido aos interesses de classe, e, conseqüentemente, ao poder econômico e político observado, inclusive, no projeto colonizador posto em marcha nos últimos séculos.

Em *Nuestra América*, a colonização sanguinária e violenta que fora imposta se valeu da produção de um conhecimento sobre o outro, lido como inferior, selvagem, bestificado, que sustentara sua exploração e dominação (PAVÓN-CUÉLLAR; GUZMÁN, 2017). Esse conhecimento sobre o outro foi, portanto, um instrumento que balizou o banho de sangue vivido em nosso continente, além de haver contribuído para a criação da ideia de superioridade do projeto de sociedade europeia, e em decorrência, do homem branco, racional e heterossexual, tido como padrão de normalidade. Nesse sentido, o projeto colonizador, além de inaugurar a organização colonial do

mundo, contribuiu também para a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do próprio imaginário (LANDER, 2000). Efeitos que até hoje se fazem sentir em nossas sociedades localizadas na periferia do capitalismo global.

Considerando este caráter histórico da prática científica, Fals Borda (2014) nos alerta sobre como não devemos fetichizar a ciência, ou seja, transformá-la em uma espécie de entidade com vida própria, que existe para além de quem a produz. É fundamental que consideremos que o sujeito que produz a ciência é determinado por sua posição no mundo, marcado pelas divisões e segregações sociais. Assim, sua origem de classe, sua identidade racial, e, mesmo sua orientação e identidade de gênero/sexual devem ser considerados como elementos que compõem no que é produzido pela ciência.

Ademais, a ciência não deve ser caracterizada como um tipo de criatura que se assemelha a um agente de ficção científica. Devemos considerá-la como um produto social e cultural do intelecto humano, produto que deve responder às necessidades coletivas em um dado momento da história. Trata-se, portanto, ainda de acordo com Fals Borda (2014), de concebermos a ciência, assim como qualquer prática humana, como um produto historicamente construído, ou seja, que está imerso em meio às contradições sociais e políticas em voga em uma determinada época e lugar. Como componente da história, o conhecimento, assim como as verdades científicas, não é em si definitivo. Caso assim fosse, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como a possibilidade de produzir novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já fora descoberto ou, conforme salientado, à

simples manutenção da ordem. O que não é totalmente verdade, para nosso alívio e aspirações emancipatórias.

É neste cenário que se insere a Psicologia como *práxis* científica, ou seja, como um produto histórico em meio à sociedade capitalista, marcada por suas inúmeras contradições. Os conhecimentos oriundos dos diferentes campos da Psicologia podem contribuir para a manutenção do ordenamento da vida social, ou configurarem-se como uma possibilidade para a superação das mazelas, injustiças e desigualdades sociais ainda existentes. Cabe, portanto, um movimento de nos inserirmos como agentes ativos desta história e assumirmos um projeto ético e político que possibilite um horizonte de mudança ou permanecermos como guardiães da ordem.

Psicologia e o compromisso com a Ordem

Nicolas Rose (2008) avalia que a Psicologia deve ser considerada como uma ciência social e até mesmo como um tipo de ciência política. Segundo ele, a Psicologia é um projeto da modernidade que emerge justamente em um período histórico em que a preocupação com algumas práticas, procedimentos e normas passaram a ser fundamentais para a organização social e política ao sabor liberal-burguês. Assim, por mais que haja certo romantismo em relação ao histórico das ideais psicológicas, foi justamente quando houve a necessidade de produzir-se um conhecimento sobre o indivíduo nos moldes liberais, como forma de melhor controlá-lo, é que a Psicologia vislumbrou um lugar de destaque entre as ciências da sociedade, e, portanto, como a ciência ocupada do indivíduo, mesmo que em seus fragmentos.

Parker (2014) e Fairclough (2008) concordam com esta assertiva, e, asseveram ainda, que a Psicologia fora e segue sendo um importante instrumento ideológico que pode contribuir na perpetuação de relações de poder e dominação. A sustentação de ideologias racistas, machistas e LGBTfóbicas fazem parte do passado bem como do presente na produção do conhecimento e de práticas em Psicologia. Exemplo disto é a utilização do saber psicológico como estratégia de patologização de práticas sociais consideradas anômalas/desviantes, como no campo das sexualidades, além das técnicas psicológicas destinadas ao manejo de “jovens ditos criminosos” e sua personalidade avessa às leis.

Até mesmo as lutas de movimentos populares que visam a superação do modelo de sociabilidade vigente não escaparam do olhar vigilante da Psicologia, que procurou identificar as dinâmicas psíquicas que explicariam comportamentos indesejáveis de contestação à ordem e ao instituído (PAVÓN-CUÉLLAR; MENTINIS, 2020). Por conseguinte, conforme já notara Martín-Baró (1986), a Psicologia se configurou como uma aliada importante no processo de apaziguamento dos conflitos sociais, em prol da adequação dos sujeitos nos espaços de reprodução social, como nos campos do trabalho e da educação.

Canguilhem (1973) propõe uma importante reflexão sobre o que é a Psicologia afinal? E produz o seguinte questionamento: o que pode motivar as/os psicólogas/os a se converterem em instrumentos que tratam a outros sujeitos como instrumentos? Para responder a esta interrogação, o autor salienta como a Psicologia, historicamente, conseguiu se adequar às premissas e projetos científicos em voga (leia-se: no poder).

Segundo ele, a ciência psicológica passou por um processo de transformação que a levou de um patamar de ciência natural até se consagrar como uma ciência ocupada pelas reações e comportamentos em pleno século XX e XXI. Para tanto, foi essencial o surgimento da psicopatologia como expressão central da busca por desvelar as “anomalias” humanas, que passou, de certa maneira, a ser, com inúmeras contradições, um espelho da própria disciplina psicológica. Certamente isto também foi possível por conferir ao psicólogo o título de especialista que é pretensamente capaz de identificar e intervir sobre uma desordem psíquica, o que é muito útil para o melhor controle do corpo das trabalhadoras e trabalhadores. Lamentavelmente, esta análise sobre o comportamento humano, -em especial aquele atrelado à errância-, não incorporou uma análise social e histórica acerca de tais processos.

Canguilhem (1973) considera ainda que a Psicologia que se consolidou como científica, adotou uma agenda de investigação que primou pela verificação de leis capazes de predizer processos de adaptação e aprendizagem. Evidencia-se a herança positivista e quantitativista que orientou a investigação psicológica na busca pela predição de comportamentos, atitudes ou crenças que dispusessem melhores condições de rendimento e produtividade no bojo da sociedade capitalista. Qualquer semelhança aqui não é mera coincidência!

Por conseguinte, a herança quantitativista em psicologia também se configura como um elemento central no processo de alinhamento a uma perspectiva mecanicista e asséptica sobre o quefazer científico (PAVÓN-CUÉLLAR; MENTINIS, 2020). Trata-se de um ideário científico, conforme já

mencionado, atrelado à busca pela previsibilidade e controle que aposta idealisticamente na segurança estatística como maneira de se construir modelos que são, em sua grande maioria, ficções sobre o que se passa na vida pessoal e social.

A este respeito, Foucault (1957) salienta que esta herança em Psicologia se assenta no postulado filosófico de que a verdade sobre o homem se esconde em sua noção de sujeito como ser natural, e que o caminho de todo o conhecimento científico deveria passar pela determinação de vínculos quantitativos, bem como a construção de hipóteses e a verificação experimental. A ideia de uma precisão objetiva e quase matemática no domínio das ciências humanas, em que se insere a Psicologia, não é aceitável se o homem em si não é analisado a partir de um regime de leis naturais. Por esta razão, a Psicologia se obrigou no curso de sua história a inventar um novo *status* do homem, dentro de um molde que fosse possível o seu manuseio, sua observação, e, por conseguinte seu melhor controle dentro de preceitos pré-estabelecidos, mas não explicitados, haja vista o julgo da neutralidade sob o qual se assentam tais práticas de investigação em nossa área.

É importante salientar que para se conformar como uma disciplina de apreço à ordem e à norma, foi preciso também que a Psicologia formulasse a ideia de uma “natureza humana” que estivesse atrelada a sua vocação por realizar uma determinada tarefa (CANGUILHEM, 1973). A lógica do homem certo no lugar certo se encaixa como uma luva para a necessidade de um saber psicológico acrítico, que pudesse tornar os sujeitos mais adaptáveis, produtivos e, certamente, muito mais felizes ao gosto de uma ideologia liberal-burguesa. Em suma, a Psicologia seguiu

seu caminho constituindo-se como uma ciência de caráter funcionalista, com apreço pela normatividade, que não ocorrera à revelia das dinâmicas sociais e políticas, mas era, e continua sendo, um importante aliado para a organização e manutenção da ordem social.

Curiosamente, um efeito desta trajetória cursada pela psicologia dita científica, nos moldes sinalizados, contribuiu para que os “objetos” de estudo desta disciplina não fossem o homem ou a mulher inscritos em uma dada realidade social, ou mesmo uma criança que brinca ou um idoso que ama. Tampouco é o nosso vizinho ou um amigo que lida com as vicissitudes da vida vivida. Também não faz parte dos objetos nobres de estudo da Psicologia científica, temas como tortura, habitação, pobreza, lutas populares e mesmo violências, que não sejam analisados como meras respostas individuais, ou vistas sob o prisma limitado da psicopatologização, que culmina, via de regra, na culpabilização individual. Comumente, ainda nos deparamos com uma prática científica descontextualizada, que se orienta meramente a partir da mensuração de um conjunto de variáveis, mais ou menos ligadas entre si, mas que são carentes de vida real, e, sobretudo, esvaziadas de história (CUELLAR, 2017; MARTÍN-BARÓ, 1991; PARKER, 2014).

Nesse sentido, se partimos da noção de que a ciência é historicamente produzida, concluímos então, que se trata de uma prática investigativa que é inseparável de suas aplicações e produção de efeitos na vida em sociedade. Por conseguinte, conforme salienta Pavón-Cuéllar e Mentinis (2020), para entendermos o papel da Psicologia no âmbito da sociedade vigente, é importante considerarmos: 1) trata-se de uma disciplina que se coloca a serviço de uma classe dominante, e, isto significa estar

comprometida com setores que detêm a hegemonia econômica, política e cultural em nossa sociedade estruturalmente desigual e injusta; 2) é uma ciência com forte enraizamento social, ou seja, que funciona como um modelo de explicação sobre como deve ser a vida no âmbito da sociedade liberal, burguesa e capitalista.

Indubitavelmente a Psicologia, como *práxis* científica, não se trata de um corpo único, e que, portanto, coexistem movimentos de contestação no interior da própria disciplina. O debate sobre o que é ciência, bem como o que é designado como o real conhecimento produzido em Psicologia segue aberto a novas construções. Martín-Baró (1986) e Parker (2015) salientam a contínua resistência e o enfrentamento que é necessário para aqueles comprometidos com um ato de pesquisar e conhecer que seja crítico, reflexivo e potencialmente transformador.

Por uma psicologia rebelde e uma perspectiva ético-política que subverta

Conforme assinalai, ao longo de seu passado, mas também em seu presente, o conhecimento produzido pela Psicologia ainda pode contribuir para a manutenção de um modo de vida que é a expressão do que se almeja no âmbito da sociedade capitalista vigente. Tem-se como decorrência a reificação de uma ciência que se pretende a-política e asséptica, e que alienadamente, naturaliza as relações sociais, reforçando, por conseguinte, a violência epistemológica, bem como a normatização e o enquadramento do outro sobre o qual nos aventuramos a pesquisar.

Indubitavelmente romper com esta fórmula, que ainda é muito presente na formação de nossa área (Guzzo, 2018), não é uma tarefa simples. Como contribuição para este debate, é imperioso retomarmos os ensinamentos

de Fals Borda (2014), que nos adverte para a necessidade de produzirmos uma ciência rebelde. Trata-se, segundo este autor, de realizarmos uma *práxis* científica que seja subversiva, que em verdade significa criar, a partir do ato de pesquisar, um conhecimento que desvele as contradições sob as quais se produz a vida das pessoas e coletividades no atual ordenamento social. É apostar, portanto, em uma *práxis* científica libertária, pois afinal de contas, para se mudar o mundo é necessário compreendê-lo!

A *práxis* científica deve ser entendida como um canal mudança social e não de manutenção da ordem. De acordo com Fals-Borda (2014), uma ciência que seja rebelde representa a formação de uma nova ciência. Trata-se, portanto, de apostarmos em uma *práxis* que esteja comprometida com a reconstrução do tecido social, e, que seja, ao mesmo tempo autônoma, e, sobretudo atenta aos jogos de poder que influenciam diretamente o modo de funcionamento da pesquisa científica.

Hegemonicamente, as regras do jogo científico são fixadas pelos grandes centros do poder econômico, os quais determinam não somente os temas que devem ser estudados, mas as próprias chaves de interpretação que são tidas como mais adequadas. No campo da Psicologia, isto pode ser observado a partir da imposição de agendas de pesquisa com maior prestígio na área, que são, salvo algumas exceções, determinadas historicamente pelos centros europeus e sobretudo, estadunidenses. Ademais, atualmente, convivemos com o fortalecimento de um mercado científico, que leva aos pesquisadores a se comportarem como empreendedores, que precisam produzir não para conhecer, mas para vender a quem possa pagar pelo produto gerado, o

que é denominado na linguagem corrente, de inovação.

Considero que a Psicologia, nos moldes delineados por Fals-Borda (2014), deva assumir outro lugar na história, e, propiciar, a partir da *práxis* científica, elementos que apontem para uma nova ordem social, que não compactue com a barbárie institucionalizada de nosso tempo. Caso assumamos esta premissa, ser subversivo, significa atuar na construção de um outro modo de viver, que seja aberto a construção individual e coletiva, sob um devir histórico e avesso à naturalização do homem e do mundo, sob o risco de limitar seu próprio exercício de humanização.

A subversão no ato de pesquisar se expressa na capacidade que temos em traduzir uma dada realidade, que não se observa de maneira clara, ou seja, que não se percebe imediatamente aos olhos, e para tanto, o trabalho científico é essencial. Por conseguinte, é de extrema importância o compromisso do/a pesquisador/a em relação ao que se faz. Não se trata aqui de uma mera atitude pessoal daquele que pesquisa, mas implica a convergência de dois planos: o da consciência dos problemas que se observa e o conhecimento da teoria e os conceitos aplicáveis a estes problemas em uma perspectiva histórica e contextualizada (Fals-Borda, 2014).

Certamente, para produzirmos um conhecimento nesta direção, algumas premissas são necessárias, como a necessidade de assumirmos uma posição ética na relação entre pesquisador e pesquisado, além de uma clareza a respeito do horizonte político de nossas ações. Montero (2001) nos adverte que as dimensões da ética e da política tem sido secundarizadas nos manuais da boa prática científica. São tratadas como algo relevante, mas não devidamente presentes na construção de modelos de

análise e interpretação sobre as situações e dinâmicas que almejamos conhecer.

No âmbito da Psicologia, Martín-Baró (2015) considera que a dimensão ética fora tratada como uma expressão técnica e asséptica, muito voltada para assegurar o distanciamento entre pesquisador e sujeito que participa da investigação. A dimensão política, por sua vez, foi descartada como elemento presente e necessário na *práxis* científica em psicologia, fazendo crer que o conhecimento que produzimos não possui intencionalidade, que deve ser neutro, meramente descritivo e afastado das reais condições de existência das pessoas com as quais atuamos. Ou seja, ética e política surgem, portanto, desvitalizadas de sua real importância no processo de investigação.

Afim de pensarmos em uma ação de pesquisa que assegure as dimensões éticas e políticas como balizadoras, é importante refletirmos sinteticamente sobre duas questões: 1) Qual o lugar do Outro na investigação que realizo?; 2) Qual a intencionalidade política do conhecimento produzido?

Pensar no lugar que ocupamos na investigação científica é fundamental, mas sobretudo, é crucial nos questionarmos sobre o papel do Outro na realização de uma investigação. Historicamente, nos balizamos pela tradicional separação entre sujeito e objeto. Somos (psicólogos e pesquisadores) sujeitos da atividade e o Outro é tratado como objeto de estudo, o que vai ser analisado, utilizado como estratégia para se produzir dados, ocupando geralmente uma posição apassivada no processo. Entretanto, nós, como sujeitos, só existimos em relação ao Outro, e, portanto, aquilo que falamos, criamos, inventamos, também ocorre por intermédio das relações sociais. Não seria diferente no ato de

pesquisar, que ocorre a partir do encontro entre sujeitos que se produzem em relação.

É a partir desta premissa que a dimensão ética se expressa. Falar em ética na pesquisa é, portanto, se questionar sobre qual o lugar do Outro na relação de pesquisa que estamos desenvolvendo. É perceber que para dizer e/ou conhecer algo é preciso que isto ocorra a partir de uma epistemologia que surge em/na relação entre Um e o Outro (Montero, 2001). Será a partir do encontro entre sujeitos, os quais são diferentes, que se produzirá um conhecimento que possa explicitar algo sobre quem fala de si, de suas relações ou de sua atuação no mundo, que são temas muito caros à Psicologia.

Trata-se ao mesmo tempo de um movimento de expansão da capacidade de dizermos algo que diga respeito ao Outro, uma vez que o movimento do conhecimento se produz em relação a este Outro, que deve assumir um papel de protagonista no processo investigativo. Nesta monta, a/o pesquisador/a deixa de ser o único autorizado a dizer algo que seja próximo ao vivido pelas pessoas, grupos ou movimentos sociais com os quais nos relacionamos para produzir conhecimento. Ética, portanto, vista sob uma perspectiva relacional, será estabelecida entre sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento, o que poderá, quiçá, possibilitar a criação de algo novo, mas que seja, sobretudo, construído coletivamente.

Nessa direção, é importante rompermos radicalmente com a dualidade sujeito-objeto que se perpetua na prática científica em Psicologia e instaurarmos efetivamente uma relação sujeito-sujeito. Esse posicionamento ético no ato de pesquisar torna o investigado, bem

como o investigador, como sujeitos corresponsáveis pelo conhecimento produzido. Neste movimento radica a essência da participação, que expressa o rompimento voluntário e vivencial da relação assimétrica de submissão e dependência, implícita no binômio sujeito-objeto. A superação de tal assimetria é extremamente importante, pois o que se almeja é a conformação de uma *práxis* científica dialógica, que é essencial para uma ação que se pretenda ética.

Ademais, uma ciência rebelde está diretamente atrelada à produção de um conhecimento que apresenta uma intencionalidade política. Nesse sentido, conforme nos adverte Martín-Baró (1991), o conhecimento produzido pela Psicologia deve se converter em um tipo de poder que seja empregado como estratégia para nos rebelarmos contra o que está posto, tido como dado e instituído. O conhecimento deve ser visto como movimento, que pode ser lido como um convite para abandonarmos a inércia forçada sob a qual nos assentamos.

A *práxis* científica em Psicologia, que incorpora efetivamente uma preocupação política, recebe, assim, outro tratamento, que é justamente o esforço assumido por aqueles que se colocam a pesquisar, em disponibilizar aos interesses dos próprios investigados, a possibilidade de empregar o conhecimento como uma forma de enfrentamento às arbitrariedades e violências que tendem a ser neutralizadas por uma ciência asséptica. Por conseguinte, a ciência *psi*, nos moldes aqui tratados, e o conhecimento dela derivado, pode alterar dialeticamente o que é tido como verdadeiro em primeiro plano, posto que o que era mera aparência em um determinado momento, pode deixar de

sê-lo a partir do escrutínio que se realiza coletivamente com potencial de produzir uma tomada de consciência (Martín-Baró, 1991).

Se para Canguilhem (1973) a psicologia científica cursou um caminho que culminou em sua ascensão como disciplina normativa e serviçal ao poder vigente, considero que a história segue seu curso, e, que, portanto, novas oportunidades de nos rebelar se apresentam, porém, exigem um compromisso ético-político que oriente nossa ação no mundo. Esse compromisso pressupõe o nosso esforço em empregarmos nosso trabalho como pesquisadores em psicologia no desvelamento profundo do jogo de forças políticas e ideológicas que incidem diretamente na produção de subjetividades, bem como na manifestação da linguagem dos sujeitos com os quais atuamos durante o ato de pesquisar.

Nesse sentido, seguindo as pistas de Fals-Borda (2014), considero que para a constituição de uma *práxis* científica rebelde em Psicologia, é importante que possamos edificar cotidianamente uma *práxis* que consiga, mesmo que de maneira limitada e inconclusa, descrever, analisar, compreender e, sobretudo, aplicar o conhecimento que se produz *em relação ao Outro*, como uma possibilidade de criação e invenção de outras possibilidades de existência social. E, certamente, isto exigirá nossa capacidade inventiva e produtora de um conhecimento que seja vivo e que possa ter como alvo o deslocamento das estruturas de poder em voga, assim como a superação do abismo social concretizado no âmbito da sociedade de classes em que estamos inscritos.

Que possamos, em verdade, fortalecer agendas de pesquisa já existentes ou a serem inauguradas, desde que tenham

realmente a preocupação em assegurar a produção de um conhecimento que vise a satisfação mais ampla e real do nosso povo. Uma ciência feita na relação com o povo, configurando-se, desta feita, como mais uma ferramenta de emancipação política, e, quiçá, humana. Afinal de contas, conforme Fals-Borda (2014) nos adverte:

“A missão do cientista rebelde é estudar com toda a seriedade e usando todas as armas da ciência, os problemas de transformação do sistema social, em todas as suas etapas e em todos os seus aspectos teóricos e práticos. Isto é fazer ciência politizada” (p. 158).

Considerações finais

Objetivei, no presente manuscrito apresentar algumas reflexões que possam enriquecer e talvez diversificar nosso trabalho como pesquisadores e pesquisadoras preocupados com a construção de um outro modo de vida. Certamente, as proposições e inquietações aqui apresentadas não esgotam, e, tampouco possuem esta pretensão, as inúmeras possibilidades de seguirmos inventando uma ciência psicológica diversa, mas cada vez mais à serviço do seu povo. A produção do conhecimento não se encerra em si mesma, mas é historicamente determinada. A Psicologia, como disciplina científica, assim como qualquer prática social, está em franco processo de construção.

Considero, portanto, muito importante que não nos deixemos robotizar pelo cotidiano que insiste em assaltar nosso desejo e nossa capacidade criativa. A conformação de um ato de pesquisar rebelde implica em nos percebermos como seres pensantes e animados por um verdadeiro espírito de inquietação. A clareza a respeito da dimensão ético-política que se expressa no trabalho

científico pode contribuir para limitar o ímpeto da violência e da arbitrariedade que, como salientamos, perpassa a história da Psicologia. O conhecimento oriundo da investigação psicológica deve servir como um instrumento de poder que possa promover transformações efetivas na vida dos sujeitos, grupos e movimentos sociais que tem sido historicamente sujeitos de nossas indagações de pesquisa.

Por fim, cabe apostar em uma Psicologia que incorpore uma crítica ao seu quefazer e que não se afaste da tarefa de favorecer a transformação da estrutura social, que atravessa a vida das pessoas com as quais lidamos. Certamente, isto coloca em primeiro lugar uma árdua tarefa à nossa ciência, que é transformar-se a si própria. Ou seja, não acatar a ordem instituída de se manter como um instrumento de controle e a serviço do capitalismo em suas diferentes frentes de controle e previsibilidade. Uma psicologia rebelde e subversiva pode ser um caminho não apenas mais coerente, mas possivelmente uma alternativa concreta para que nossa ciência possa realmente cumprir talvez com sua missão, que é produzir um conhecimento que seja empregado para a potencialização dos diferentes sujeitos que constituem o tecido social. Para tanto, uma outra sociedade é necessária! Miremos nisto!

Referências

- CANGUILHEM, G. O que é a psicologia? **Tempo Brasileiro**, v. 30, n.31, p.104-123, 1973.
- CASTRO-GOMEZ, S. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires, Clasco, 2000. p. 145-161.
- CUELLAR, E. B. **Psicología como engano: ¿adaptar o subvertir?** Bogotá: Ediciones Catedra Libre, 2017.

- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, Editora UNB, 2008.
- FALS-BORDA, O. **Ciencia, compromiso y cambio social**. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2014.
- FOUCAULT, M. La Psicología de 1850 a 1950. *Histoire de la philosophie européenne*, t.II, Paris, Librairie Fischbacher, 1957.
- GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1986.
- GUZZO, R. S. L. Pesquisa e mudança social: desafios e dificuldades para a formação em Psicologia. **Educar em revista**, v. 34, n. 71, p. 143-156, 2018.
- LANDER, E. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires, Clasco, 2000. p. 11-40.
- LÖWY, M. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- MONTERO, M. Ética e Política en Psicología: las dimensiones no reconocidas. **Athenea Digital**, n. 0, p. 1-10, 2001.
- MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una Psicología de la liberación. **Boletín de Psicología**, v. 22, p. 219-231, 1986.
- MARTÍN-BARÓ, I. El método em psicologia política. **Suplementos Antrophos**, v. 44, 1991.
- MARTÍN-BARÓ, I. Ética en Psicología (1980). **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 6, p. 491-531, 2015.
- PAVON-CUÉLLAR, D. (Org.). **Capitalismo y Psicología Crítica en latinoamérica: del sometimiento neocolonial a la emancipación de subjetividades emergentes**. Cidade do México: Kanankil Editorial, 2017.
- PAVON-CUÉLLAR, D, MENTININS, M. **Zapatismo y Subjetividad: más allá de la Psicología**. Cidade do México: Morelis, 2020.
- PARKER, I. **Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação**. Campinas: Alínea Editora, 2014.
- PARKER, I. **Handbook of Critical Psychology**. Londres: Routledge, 2015.
- ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 155-164, 2008.
- TEO, T. What is Epistemological Violence in the Empirical Social Sciences? *Social and Personality Psychology Compass*, v. 4, n.5, p. 295–303, 2010.

Recebido em 2020-07-04
Publicado em 2020-07-21